

RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.745 - PE (2018/0244782-8)

RELATORA	: MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE	: AIRTON DE LIMA PIRES
RECORRENTE	: ALDEMAR DE ARAUJO SANTOS
RECORRENTE	: ANA ROSA PEDROSA DE ARAUJO
RECORRENTE	: ANA VIRGINIA DE AZEVEDO GUENDLER
RECORRENTE	: ANGELO JOSE MONTEIRO
RECORRENTE	: ANTONIO NETO DAS NEVES
RECORRENTE	: ARMELE DE FATIMA DORNELAS DE ANDRADE
RECORRENTE	: GUILHERME COSTA VARELA
RECORRENTE	: JERONIMO LEMOS DE FREITAS
RECORRENTE	: JOSE CRISTOVAM MARTINS VIEIRA
RECORRENTE	: JOSE SIDNEY DE BARROS COELHO
RECORRENTE	: JULIANNA FERREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
RECORRENTE	: MARIA INAIA IVO MENDES
RECORRENTE	: MARIA NILDA DE MIRANDA PESSOA
RECORRENTE	: MARIO DE CASTRO LOBO
RECORRENTE	: NEIVA TINTI DE OLIVEIRA
RECORRENTE	: NORMA PINHEIRO DE VASCONCELLOS
RECORRENTE	: OLIMPIO CARNEIRO DA SILVA
RECORRENTE	: OSCAR MANOEL LOUREIRO MALTA
RECORRENTE	: WELLINGTON MACÊDO
ADVOGADOS	: JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
	JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B
	JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(S) - PE047516
	SÍLVIA MÁRCIA NOGUEIRA - PE008779D
RECORRIDO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
AGRAVANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
AGRAVADO	: AIRTON DE LIMA PIRES
AGRAVADO	: ALDEMAR DE ARAUJO SANTOS
AGRAVADO	: ANA ROSA PEDROSA DE ARAUJO
AGRAVADO	: ANA VIRGINIA DE AZEVEDO GUENDLER
AGRAVADO	: ANGELO JOSE MONTEIRO
AGRAVADO	: ANTONIO NETO DAS NEVES
AGRAVADO	: ARMELE DE FATIMA DORNELAS DE ANDRADE
AGRAVADO	: GUILHERME COSTA VARELA
AGRAVADO	: JERONIMO LEMOS DE FREITAS
AGRAVADO	: JOSE CRISTOVAM MARTINS VIEIRA
AGRAVADO	: JOSE SIDNEY DE BARROS COELHO
AGRAVADO	: JULIANNA FERREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
AGRAVADO	: MARIA INAIA IVO MENDES
AGRAVADO	: MARIA NILDA DE MIRANDA PESSOA
AGRAVADO	: MARIO DE CASTRO LOBO
AGRAVADO	: NEIVA TINTI DE OLIVEIRA

AGRAVADO : NORMA PINHEIRO DE VASCONCELLOS
AGRAVADO : OLIMPIO CARNEIRO DA SILVA
AGRAVADO : OSCAR MANOEL LOUREIRO MALTA
AGRAVADO : WELLINGTON MACÊDO
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B
JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(S) - PE047516
SÍLVIA MÁRCIA NOGUEIRA - PE008779D

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por AIRTON DE LIMA PIRES e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO NO DESPACHO INICIAL DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. REDUÇÃO. ART. 20 CPC/1973.

I. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de sentença referente às diferenças relativas ao índice de 3,17%, fixou os honorários advocatícios pela promoção da execução, nos termos do art. 85, parágrafos 1º e 2º, do CPC, bem como determinou a expedição das requisições de pagamento.

II. Em suas razões recursais, a UFPE alega que, embora a parte agravada tenha requerido a fixação de honorários na petição inicial da execução, tal pretensão não foi acolhida no despacho judicial em que se determinou a citação da autarquia executada e, apesar disso, a parte exequente não se insurgiu contra a ausência de arbitramento dos honorários pleiteados, o que consubstancia a preclusão. Na hipótese de ser mantida a fixação de honorários, requer que seja aplicado o disciplinamento do CPC/73. Sustenta, também, que interpôs agravo de instrumento nº 0806404-96.2016.4.05.0000 contra decisão que estipulou a utilização do IPCA-E como índice de correção monetária, mesmo no período após 25/03/2015, não havendo, ainda, o trânsito em julgado de tal recurso. Entende que enquanto o agravo de instrumento em tela não transitar em julgado, não será possível a determinação de expedição de RPV.

III. A exequente requereu, tempestivamente, em sua petição inicial a

condenação do executado em honorários, a serem fixados em 20% sobre o valor executado.

IV. No despacho inicial admitindo a execução judicial, apenas foi determinada a citação da executada (artigo 730, do CPC), sem, contudo, terem sido arbitrados honorários advocatícios na forma do artigo 652-A do CPC.

V. Apesar de a parte ter pedido a tempo a verba honorária, a magistrada restou silente quanto à sua fixação. Ora, não pode à parte diligente restar prejudicada, cabendo ao juízo analisar a questão, decidindo-a no curso do processo. Na hipótese, não se trata de caso de ocorrência de preclusão temporal a que aludia o artigo 183, do CPC/73, atual art. 223 do CPC/2015. Precedentes deste Regional: AC535892/RN, Primeira Turma, Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena, DJE 07/06/2012; EDAC210030/01/SE, Terceira Turma, Relator: Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, DJE 09/07/2015.

VI. No que diz respeito à verba honorária, esta Segunda Turma já pontua entendimento majoritário no sentido de prestigiar o princípio da vedação da surpresa, segundo o qual não podem as partes ser submetidas a um novo regime processual financeiramente oneroso, ao meio de uma liça que ainda se desenvolve. E nessa linha, há que ser aplicada a disciplina do CPC de 1973, que não proibia a fixação de honorários em quantia certa e também não previa honorários advocatícios recursais. Ressalvado o ponto de vista do Relator que entende ser cabível a fixação dos honorários advocatícios recursais, se a sentença foi prolatada na vigência do CPC/2015, nos termos do Resp nº 1.636.124/AL, de Relatoria do Min. Herman Benjamin, julg. em 06/12/2016, DJe 27.04.2017.

VII. Levando-se em conta o trâmite da execução e a complexidade da causa, bem como o disposto no art. 20, parágrafo 4º, do CPC/1973, e os demais critérios estabelecidos no parágrafo 3º da mesma norma legal, mostra-se razoável a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

VIII. Com relação ao AGTR 0806404-96.2016.4.05.0000, que discute os juros e a correção monetária aplicados aos cálculos, observa-se que a liminar foi indeferida, estando aguardando o julgamento pelo colegiado. Ausente, portanto, qualquer efeito suspensivo. Ademais, o posicionamento defendido pela parte agravante encontra-se em contrariedade com o entendimento deste Regional, pois o Plenário do TRF 5ª Região, em sessão realizada no dia 17.6.2015, já se posicionou no sentido de que a atualização e os juros de mora nas condenações

impostas, tanto à Fazenda Pública quanto aos particulares, ainda que em matéria previdenciária, devem se dar mediante a aplicação do IPCA-E (ou outro índice que venha a ser recomendado pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal) acrescidos de 6% (seis por cento) ao ano, exceto nos créditos de natureza tributária, para os quais se mantêm os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários (SELIC).

Isso porque o STF no julgamento das ADINS 4357 e 4425, reconheceu, por arrastamento, a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/09, dando nova redação ao artigo 1º-F da Lei 9.494/97, que determina, quanto aos juros e correção, a aplicação dos índices de caderneta de poupança.

X. Na modulação dos efeitos da Declaratória de Inconstitucionalidade, restou decidido que fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (a) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Assim, a decisão recorrida adotou o entendimento do STF na apreciação das ADINS 4357 e 4425.

XI. Enquanto pendente de julgamento o RE 870.947/SE, incluído em sede de repercussão geral, sobre os atrasados devem incidir correção monetária e juros de mora nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal, vigente quando da execução do julgado.

XII. Agravo de instrumento parcialmente provido, para reduzir o valor dos honorários advocatícios" (fls. 856/857e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO NO DESPACHO INICIAL DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. REDUÇÃO. ART. 20 CPC/1973. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.

I. Trata-se de embargos de declaração opostos pela UFPE e pelos agravados contra acórdão que deu parcial provimento ao agravo de instrumento, apenas para reconhecer que a verba honorária deve ser fixada nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, no valor de R\$

2.000,00 (dois mil reais), reformando a decisão que, em sede de execução de sentença referente às diferenças relativas ao índice de 3,17%, fixou os honorários advocatícios pela promoção da execução, nos termos do art. 85, parágrafos 1º e 2º, do CPC, bem como determinou a expedição das requisições de pagamento.

II. Não prospera a alegação da UFPE de preclusão lógica quanto ao pedido de honorários advocatícios, não há vendo que se falar em omissão no acórdão, que foi claro ao fundamentar que a exequente requereu, tempestivamente, em sua petição inicial a condenação do executado em honorários, a serem fixados em 20% sobre o valor executado. No despacho inicial admitindo a execução judicial, apenas foi determinada a citação da executada (artigo 730, do CPC), sem, contudo, terem sido arbitrados honorários advocatícios na forma do artigo 652-A do CPC.

III. Quanto aos embargos de declaração dos agravados, ressalte-se que não houve decisão extra petita, pois nada foi decidido em relação aos índices de correção monetária.

IV. No que diz respeito à verba honorária, o acórdão foi claro ao fundamentar que, esta Segunda Turma já pontua entendimento majoritário no sentido de prestigiar o princípio da vedação da surpresa, segundo o qual não podem as partes ser submetidas a um novo regime processual financeiramente oneroso, ao meio de uma liça que ainda se desenvolve. E nessa linha, há que ser aplicada a disciplina do CPC de 1973, que não proibia a fixação de honorários em quantia certa e também não previa honorários advocatícios recursais. Ressalvado o ponto de vista do Relator que entende ser cabível a fixação dos honorários advocatícios recursais, se a sentença foi prolatada na vigência do CPC/2015, nos termos do Resp 1.636.124/AL, de Relatoria do Min. Herman Benjamin, julg. em 06/12/2016, DJe 27.04.2017.

V. O acórdão fundamentou que, levando-se em conta o trâmite da execução e a complexidade da causa, bem como o disposto no art. 20, parágrafo 4º, do CPC/1973, e os demais critérios estabelecidos no parágrafo 3º da mesma norma legal, mostra-se razoável a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

VI. Embargos de declaração da UFPE e dos agravados improvidos" (fls. 1.047/1.048e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto sob alegação de ofensa aos arts. 14, 85, §§ 2º, 3º e 5º, 489, § 1º, IV, 1.022, II, e 1.046 do CPC/2015; a parte ora recorrente sustenta o seguinte:

"IV - mérito

Da violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015: nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração

O acórdão que julgou os embargos declaratórios opostos pela recorrente é manifestamente nulo, de vez que afrontou os arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015.

A recorrente embargou o acórdão que julgou o agravo de instrumento a fim de que fossem sanados os vícios verificados na decisão. Entretanto, o referido recurso foi julgado sem que houvesse manifestação expressa sobre as omissões suscitadas, persistindo, assim, os vícios apontados.

Impende evidenciar no que consistem os vícios suscitados nos embargos declaratórios, para que se possa demonstrar a nulidade do acórdão que julgou o referido recurso.

Ao dar parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela autarquia, a C. Turma Regional reduziu os honorários advocatícios do feito executivo para o valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no CPC/73.

Contudo, restou omissa quanto à , no caso dos autos, do disposto no art. IMEDIATA INCIDÊNCIA 85, §§ 2º, 3º e 5º, do CPC/2015, em pleno vigor no momento em que publicada a decisão agravada pela UFPE (04/11/2016) , a qual estabelece critérios objetivos para a fixação da verba honorária, em percentuais preestabelecidos, como se vê in verbis:

(...)

Nessa senda, o acórdão desconsiderou o disposto nos arts. 14 e 1.046 do CPC/2015 (...).

Com isso, conclui-se que no presente caso os honorários advocatícios devem ser fixados com base no valor da execução, dentro das faixas determinadas nos incisos do § 3º do artigo 85, conforme prevê a nova legislação processual civil.

(...)

Nada obstante, o acórdão regional, ao restar silente sobre todos estes pontos, também desconsiderou o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, insculpidos nos arts. 2º da Lei 9.784/99 e 5º, LIV, da CF/88.

(...)

Assim sendo, é caso de , decretação da nulidade da decisão proferida nos embargos declaratórios devendo o feito ser devolvido para a C. Turma do Tribunal Regional Federal da 5 Região, para que o aludido

recurso seja apreciado, em seu mérito, e corrigidas as omissões e nulidade verificadas.

(...)

A cada questão estará ligada uma matéria jurídica, tratada doutrinariamente e pela jurisprudência. Assim, ao solucionar determinada questão, o julgador estará se definindo por determinada corrente de hermenêutica. Com base na clareza da interpretação sobre a matéria jurídica é que as partes podem exercer livremente o direito de discordar e de buscar a alteração do julgado, dado que, em outra instância, o entendimento pode ser outro.

Não se pode, por isso, ter como válidos os acórdãos - como o recorrido - que não se manifestam sobre todas as questões que deveriam analisar.

Este julgamento é, evidentemente, nulo. Em primeiro lugar, por falta de submissão às regras processuais referidas; em segundo lugar, porque sem a manifestação sobre a matéria, não existe a possibilidade de admissão dos recursos aos tribunais superiores.

Assim sendo, é caso de , decretação da nulidade da decisão proferida nos embargos declaratórios devendo o feito ser devolvido para a C. Turma do Tribunal Regional Federal da 5 Região, para que o ^a aludido recurso seja apreciado, em seu mérito, e corrigidas as omissões e nulidade verificadas.

Sucessivamente, impõe-se que seja tida por prequestionada a matéria suscitada na petição de embargos declaratórios, passando-se à análise das violações infraconstitucionais adiante expostas.

2. Da necessidade de aplicação imediata do art. 85, §§ 2º, 3º e 5º, do CPC/2015, por se tratar de matéria processual: verba honorária fixada na vigência do novo diploma

Conforme salientado acima, a UFPE interpôs agravo de instrumento em face da decisão que fixou honorários advocatícios para o feito executivo com base no art. 85, §§ 1º a 3º, do CPC/2015.

A C. Turma Regional, ao apreciar a questão, deu parcial provimento ao recurso da autarquia, e, com isso, reduziu a verba honorária para o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no CPC/73, em desconformidade com a legislação processual civil em vigor.

Assim, o acórdão recorrido violou o disposto no art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015 - em pleno vigor no o qual estabelece momento em que a decisão agravada pela UFPE foi publicada (04/11/2016), critérios objetivos para fixação da verba honorária, em percentuais pré-definidos, (...)

Conforme se depreende da leitura da ementa acima transcrita, a ,

pode-se concluir contrario sensu que o E. STJ entende que, tendo sido a decisão impugnada pelo agravo de instrumento publicada na vigência do CPC/2015, devem ser observadas as suas regras, e não as do diploma processual revogado.

Portanto, no contexto da nova legislação, a fixação da verba honorária em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), como ocorreu no presente caso, mostra-se em dissonância com os parâmetros expressamente consignados nos §§ 3º e 5º do artigo 85 do CPC/2015. O aludido artigo prevê a fixação dos honorários de sucumbência conforme as faixas estabelecidas no inciso do § 3º, com observância à metodologia constante no § 5º.

Ante o exposto, merece ser provido o presente recurso especial, para que os honorários advocatícios sejam fixados nos termos do art. 85, §§ 2º, 3º e 5º do CPC/2015 em observância ao disposto nos arts. 14 e 1.046, do mesmo diploma processual" (fls. 1.126/1.134e).

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 1.159e).

A irresignação não merece prosperar.

Isso porque, em razão do acolhimento do Agravo em Recurso Especial interposto da UFPE, julgado em conjunto com este recurso, reconhecendo a ocorrência da preclusão do direito dos autores em solicitar a fixação de honorários, as questões tratadas neste Especial, relativas exclusivamente à majoração dos honorários, perderam o objeto.

Do exposto, julgo prejudicado o presente recurso.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora